

**Um Estudo dos CPC's Abordados nas Publicações dos Principais Congressos de
Contabilidade no Brasil (USP, ENANPAD E ANPCONT) de 2009 a 2013**

DIOGO ROSEMBARQUE GARCIA

Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu

FARANA DE OLIVEIRA MARIANO

Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu

MÔNICA DE OLIVEIRA COSTA

Fucape Business School

FABRICIO AFONSO DE SOUZA

Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu

Resumo

O CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) foi criado pela Resolução CFC (Conselho Federal de contabilidade) nº 1.055/05, com o objetivo de estudar os padrões internacionais de contabilidade traduzindo-os à linguagem brasileira, transformando-os em Pronunciamentos Técnicos Contábeis, visando à harmonização dos processos contábeis no Brasil. O objetivo deste trabalho consistiu em analisar quais os CPC's mais abordados nos trabalhos publicados nos principais congressos de contabilidade no Brasil (USP, ENANPAD E ANPCONT), no período de 2009 a 2013. Dessa forma o presente trabalho pretende levantar os artigos apresentados nos principais congressos de contabilidade no Brasil por meio de uma pesquisa descritiva, utilizando uma metodologia fundamentada na Lei de Zipf (1940), que consiste em analisar as frequências de termos presentes em textos nos artigos publicados (VANTI, 2002). Foram coletados nos sites dos congressos os artigos que abordavam o termo CPC de 2009 a 2013, analisando-os de forma qualitativa, quantitativa e descritiva. A análise buscou verificar a presença do termo CPC. Os resultados mostraram que o CPC mais citado foi o CPC 01 que trata da Redução ao Valor Recuperável de Ativos. O percentual de representatividade sobre o termo CPC foi discreto nos três congressos trabalhados, sendo que a influência dos Órgãos Fiscais tem sido a principal barreira para a convergência internacional, em consequência, os focos aos Comitês ficam limitados e vários CPC's não sendo explorados nos artigos. Torna-se necessário maior foco, trabalhar mais as ferramentas de transição para os métodos internacionais e conseqüentemente evoluir o conhecimento. Conclui-se que as ferramentas para a convergência as Normas Internacionais estão sendo discretamente trabalhadas, devido à forte influência dos Órgãos Governamentais e suas leis fiscais. É necessário demandar mais pesquisas, mais estudos, abordar mais, devido à grande importância e os benefícios decorrentes da convergência, e assim, ampliar a pesquisa em torno dos pronunciamentos existentes.

Palavras-chave: CPC; Normas Internacionais; Convergência.

1. INTRODUÇÃO

A economia é um dos fatores mais importantes para o desenvolvimento de um país, responsável pelas atividades financeiras, comerciais e industriais procurando ajustar as relações sociais e direcionar a escassez de bens e serviços (LEMES; SILVA, 2007).

Hoje o Brasil se encontra em um período econômico muito atrativo com a exploração do pré-sal aumentando o consumo de bens e serviços e com os eventos como a Copa do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos que constroem um cenário adequado para as empresas internacionais procurarem solidificar seus investimentos no mercado nacional. Com tudo surge a expansão do mercado de capitais e as variações inflacionárias que impulsionou o Brasil a aderir às normas internacionais (IFRS), (EMBRATUR, 2009).

Neste Contexto, o profissional da contabilidade se encontra diante de consideráveis desafios causados pelas mudanças na economia mundial, fator importante, para que procurem se atualizarem as normas internacionais (IFRS), cujo objetivo é elaborar informações para atrair investimentos para o Brasil. Estas informações não devem ser preparadas unicamente para atender as leis fiscais, mas sim, divulgar as demonstrações contábeis das empresas com o desígnio de atrair investidores (ANDRADE, 2003).

O CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) foi criado pela Resolução CFC (Conselho Federal de contabilidade) nº 1.055/05, com o objetivo de estudar os padrões internacionais de contabilidade traduzindo-os à linguagem brasileira, transformando-os em Pronunciamentos Técnicos Contábeis, visando à harmonização dos processos contábeis no Brasil. Não só o Brasil, mas inúmeros países estão convergindo aos padrões internacionais de contabilidade, assim com a qualidade das demonstrações tende a reduzir o risco de investimento. O CPC é composto pelas seguintes entidades: ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas; APIMEC NACIONAL – Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais; BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo; CFC – Conselho Federal de Contabilidade; IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil; FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuarias e Financeiras. Estes são responsáveis por estudar e emitir os pronunciamentos contábeis e informações de mesma natureza (CPC, 2014).

Diante dessa questão, o objetivo deste artigo é atender o seguinte problema: Quais os CPC's mais abordados nos trabalhos publicados nos principais congressos de contabilidade no Brasil? Desta forma, o tema procura divulgar resultados diante da importância da convergência e a harmonização nos processos contábeis brasileiros. O trabalho consiste divulgar a pesquisa sobre o CPC, e assim definir sua amplitude da pesquisa nos congressos apresentados.

Dessa forma o presente trabalho pretende levantar os artigos apresentados nos principais congressos de contabilidade no Brasil por meio de uma pesquisa descritiva, utilizando uma metodologia fundamentada na Lei de Zipf (1940), que consiste em analisar as frequências de termos presentes em textos nos artigos publicados (VANTI, 2002).

A pesquisa abrange o período de 2009 a 2013, um período de crescimento empresarial diante dos eventos que ocorreram no Brasil e devido a implementação de mais Pronunciamentos. Levantando assim, artigos que abordam o termo CPC, apresentando os dados de forma qualitativa e quantitativa com o objetivo de verificar se os pronunciamentos estão sendo pesquisados e se os congressos estão dando o espaço necessário para a divulgação desses pronunciamentos contábeis.

Congressos a serem pesquisados foram escolhidos e filtrados segundo a demanda para pesquisas sobre a área da contabilidade e a grande abrangência nacional: CCC. USP

(Congresso USP de Controladoria e Contabilidade), EnANPAD (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração) e AnpCONT (Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis) que são congressos de contabilidade no Brasil.

Concluiu-se que ano a ano, os crescimentos da demanda para a pesquisa dos CPC's estão sendo discretamente representada pelos Congressos, modesta evolução diante da presente mudança nas normas contábeis brasileiras às IFRS, para o desenvolvimento na elaboração de demonstrações preparadas para atrair investidores, que é de grande importância para a economia brasileira.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Normas Internacionais de contabilidade (IFRS)

A história da IFRS teve início em 1973 com a concepção da IASC (*International Accounting Standards Committee*), uma organização independente e sem fins lucrativos que criou as primeiras normas internacionais de contabilidade, a IAS (*International Accounting Standards*) com o desígnio de ser aplicada globalmente para tornar as informações contábeis mais harmônicas. A IFRS (sucessor da IAS) vem sendo aplicado até hoje, e a cada dia sendo mais implantado no dia a dia do Contador (GONÇALVES, 2012).

Hoje a IASC é conhecido como IASB (*International Accounting Standards Board*) sobreposto a visão de que as empresas registradas na bolsa de valores adotassem a IFRS na preparação de suas demonstrações, elaborando informações contábeis para atender internacionalmente os investidores com informações financeiras, relatando a saúde econômica atual das entidades (CALIXTO, 2010).

IFRS não é um assunto tão recente no Brasil, após a publicação da lei 11.638/07, a IFRS iniciou para as empresas brasileiras. A adoção das normas internacionais é importante para a sua apresentação econômica no mercado mundial, uma forma de ampliar a visão de mercado, conquistar e quebrar fronteiras para expandir o comércio e indústria para qualquer país interessado. E o Brasil se encontra em um momento que é de grande importância em que organizações elaborem suas demonstrações seguindo as normas emitidas pela IASB, pois hoje devem estar na mira de vários investidores que estão vendo no Brasil um potencial e um espaço atrativo para implantação de novas empresas. A IFRS torna-se uma ferramenta para que os profissionais da contabilidade possam elaborar suas demonstrações nos padrões internacionais (MOURAD, 2010).

A criação da Lei nº 11.638/07 foi o passo mais importante para a harmonização das informações contábeis no Brasil, devido à responsabilidade de estabelecer que as normas brasileiras devam seguir os padrões internacionais de contabilidade (COSTA, 2011).

Entretanto as normas internacionais ainda são um fator problema para os profissionais brasileiros de contabilidade, cuja função é muito voltada para o regime fiscal, a sua capacitação torna-se cargo do atual regime tributário, tornando o profissional incapacitado de desenvolver um trabalho contábil independente que atenda as normas internacionais. Uma pesquisa realizada em 2011, mostra que apenas 40% dos profissionais da área de contabilidade conheciam as IFRS, uma estatística baixa devido a importância das normas para o desenvolvimento do país (MARTINS, 2007).

Diante da convergência, criou-se o CPC, Comitê de Pronunciamentos Contábeis, cujo objetivo é divulgar as normas traduzidas que são emitidas pela IASB. (COSTA, 2011).

2.2 Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

O Comitê de pronunciamentos Contábeis surgiu da Resolução 1.055/05 delegada pela Lei 11.638/07, cuja tarefa é editar as normas internacionais de contabilidade divulgados pela IASB e transformá-las em Pronunciamentos Contábeis (CPC). É seguindo e aplicando estes pronunciamentos contábeis de forma independente dos órgãos governamentais e suas leis fiscais, que torna possível a divulgação de um relatório mais homogêneo, demonstrando apenas a capacidade da empresa de gerar riqueza (CPC, 2014).

O CPC é constituído pelos seguintes órgãos: Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA), a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI), a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC), o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), além da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) e do Conselho Federal de contabilidade (CFC). Estes órgãos foram os responsáveis por idealizar o CPC com o objetivo de modernizar as práticas contábeis brasileiras (CPC, 2014).

A apresentação dos pronunciamentos teve início em 1º de Janeiro de 2008, sendo aprovados pelo Conselho Federal de contabilidade (CFC) e pela comissão de Valores Mobiliários (CVM), assim em 2008 foram aprovados 15 pronunciamentos contábeis e 02 orientações, a partir desta data as empresas, auditores independentes, usuários das demonstrações, professores, estudantes e outros interessados já podiam ter o acesso para as devidas aplicações. Em 2009 são aprovados mais 28 pronunciamentos e no ano de 2014 totalizam-se 46 pronunciamentos contábeis.

Avaliando a importância do CPC, existem benefícios decorrentes de sua aplicação, proporcionando demonstrações padronizados, possibilitando uma melhor avaliação nas demonstrações, e assim reduzindo os riscos de investimentos internacionais, uma ampla visão do processo produtivo, possibilitando uma melhor avaliação da integridade econômica da entidade, reduzindo o erro na avaliação de uma demonstração Contábil, evidencia detalhadamente todo o processo operacional, financiamento e de investimento. Desenvolve uma comunicação mais clara no mundo dos negócios usando uma linguagem harmônica possibilitando uma amplitude de acervo econômico, e principalmente a redução do custo de capital atendendo o Princípio da Competência (OLIVEIRA, 2012).

2.3 As contribuições dos CPC's para a sociedade

Tratando separadamente diversos segmentos da contabilidade, o CPC em conjunto constrói informações ricas, conforme é apresentado (CPC, 2014). Uma prévia da importância de alguns desses CPC's:

- O CPC 09 trata das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA): apresentando os critérios as serem seguidos na construção da mesma, demonstração este que mostra a capacidade da empresa de gerar riqueza e sua distribuição, sendo elaborada e apresentada com todas as demonstrações obrigatória ao final do exercício.

- CPC 12 – Ajuste a Valor Presente: tratados requisitos necessários para o ajuste do valor do ativo e do passivo das demonstrações e trazê-los a Valor Presente, este procedimento permite corrigir elementos passados, possibilitando uma melhor avaliação da situação da entidade hoje.

- CPC 16 – Estoques: simplesmente estabelecendo como deve ser tratado o item Estoques, cuja questão apresentada é o valor de custo do Estoque a ser reconhecido no Ativo, assim teremos o valor de custo e conseqüentemente o reconhecimento da despesa no resultado.

- CPC 20 – Custos de Empréstimos: um procedimento importante devido o reconhecimento de tal custo, sendo que o reconhecimento do custo é atribuído a aquisição do empréstimo, os outros custos de empréstimo devem ser tratadas como despesa.

- CPC 26 – Apresentação das demonstrações Contábeis: este Pronunciamento Técnico auxilia na formulação e apresentação correto das Demonstrações Contábeis, sendo o foco a comparabilidade de Demonstrações anteriores e de outras entidades, a importância deste CPC é devido a sua utilização para estruturar as Demonstrações Contábeis.

- CPC 30 – Receitas: apresenta critérios para Elaboração e divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, em consequência do aumento do ativo ou diminuição do passivo causando aumento no Patrimônio Líquido, também determina como reconhecer a Receita.

- CPC 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: Finalidade de garantir que as Demonstrações sejam elaboradas de acordo com as IFRS, contemplando informações de qualidade, a ser límpido aos usuários, ponto de partida adequado e um custo que não exceda os benefícios.

- CPC 46 – Mensuração do Valor Justo: O principal objetivo desse CPC é definir o Valor Justo baseando-se no Mercado.

A Globalização Mercantil vem obrigando que os países adotem uma forma mais transparente e harmônica de coletar, avaliar e apresentar seus dados financeiros, elevando a capacidade de qualquer ente empresarial de ter acesso a essas demonstrações, procurando o melhor lugar para investir suas ações. Investimento traz para o país riquezas, possibilitando desenvolvimento na economia, consequentemente evolução na educação, saúde e tecnologia, fatores que são indispensáveis para uma vida saudável e digna (CAVALCANTE, 2008).

O Brasil vive um momento atrativo devido à exploração do petróleo e de eventos, tornando-se o foco de vários países, por estes e outros motivos, o incentivo e o preparo dos profissionais da área de contabilidade para atender essa demanda que existe no mundo torna um fator importante. É pouco, mas o CPC é a ferramenta inicial na transação da desvinculação do projeto societário fiscal, a sua utilização constrói informações com objetivo de atrair riquezas, por outro lado a empresa consegue mensurar melhor suas contas, para assim tomar as melhores medidas corretivas ou aditivas para sua entidade (ANTUNES, 2012).

2.4 Dificuldades de implantação das Normas Internacionais no Brasil

A autoridade fiscal de maior frequência ocorreu até a década de 70, após este período algumas mudanças adicionaram novas funções à profissão contábil, destacando a obrigatoriedade das Companhias Abertas de padronizarem suas Demonstrações e as mesmas serem auditadas por auditores independentes, contudo, ainda a força fiscal era o foco da função contábil (NIYAMA, 2007).

As ocorrências dessas mudanças estavam presentes nesta época devido a influência da Escola Norte Americana que impulsionou a pesquisa contábil e a promulgação da Lei 6.404/76 que dispõe sobre as sociedades por ações, mesmo ano que foi criado a CVM (Comissão de Valores Imobiliários) responsável por assegurar condições de demanda, oferta ou preço mobiliário e estimular as aplicações de ações das companhias abertas (NIYAMA, 2007).

A dificuldade de evoluir a função Contábil no Brasil está diretamente ligada à legislação tributária, que interfere na qualidade e na prática da contabilidade, ou seja, ainda predomina as normas fiscais relativas aos impostos, prejudicando o foco do Contador de elaborar Demonstrações que apresenta a riqueza da entidade com o objetivo de atrair investidores. Este problema é devido a cultura do país, a sociedade local predomina suas normas dificultando qualquer mudança (SILVA, 2010).

É evidente que o Brasil vem buscando aplicar as normas internacionais, mas vêm sendo dificultado devido às normas fiscais, tornando o processo de aderência e adesão às normas internacionais, um processo demorado, desde a Lei 11.638 de 2007 quando o Brasil passou a adotar a IFRS com a finalidade de harmonizar as práticas contábeis brasileiras as práticas internacionais até 2014, corridos 07 anos, pouco mudou, sendo o assunto importante para o desenvolvimento econômico do país (SILVA, 2010).

Martins e Lisboa (2005) dissertam que estão em tramitação entre os órgãos FASB (Financial Accounting Standards Board) e IASB a convergência em ambas as normas para mudarem os procedimentos de avaliações devido a importância das duas normas para a política e cultura do país.

Por esses motivos, a convergência não ocorre de forma integral, este processo precisa avaliar os limites das leis brasileiras. A CVM, órgão responsável por aprovar os Pronunciamentos Contábeis não podem contrariar as Leis das S/A e outras leis brasileiras ligadas a procedimentos contábeis, então a CVM elimina do texto original procedimentos que vão contra os procedimentos fiscais brasileiros, ou seja, o CPC uma ferramenta para melhorar a informação contábil mundialmente é modificada para atender as leis fiscais, nota-se a grande interferência dos órgãos Governamentais brasileiras na convergência às normas internacionais de contabilidade (LIGABÔ, 2010).

É evidente a necessidade de um planejamento, os órgãos de contabilidade no Brasil não apresentam força necessária diante dos órgãos governamentais, é necessária uma maior influência desses órgãos Contábeis para desvincular e normalizar a interação dos dois órgãos discutidos (ANDRADE, 2003).

2.5 Estudos acerca do Comitê de Pronunciamentos Contábeis

No ano início de 2008 o Brasil não aderiu às convergências, mesmo com a existência da lei 11.638/07, que tornou legal a convergência as normas internacionais emitidas pela IASB, traduzidas e editadas pela CVM para atender as leis nacionais. Ao final de 2008 as empresas de Sociedade Aberta foram obrigadas a elaborarem suas demonstrações seguindo os pronunciamentos aprovados, 2008 existiam 15 pronunciamentos, no ano de 2009 foram aprovados mais 27 pronunciamentos, tornando mais amplo o arcabouço em torno da convergência (KLANN, 2012).

Existem organismos no mundo responsáveis por regular os padrões Contábeis, como por exemplo, a FASB (Financial Accounting Standard Board) é um órgão americano, o órgão internacional IASB (International Accounting Standards Board) e o órgão brasileiro CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis). Estes órgãos desenvolvem trabalhos em torno de processos necessários à aplicação contábil, como por exemplo, novas técnicas, conceitos e doutrinas, fatores importantes para padronização das Demonstrações Contábeis (SILVA, 2012).

Alguns pronunciamentos apresentam procedimentos que tem a função de elevar o resultado, o CPC 06, por exemplo, estabelece que arrendamento mercantil seja classificado como um financiamento, se a vida útil superar o prazo estipulado no contrato, anualmente seu valor será reduzido (MACIEL, 2012).

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Os critérios a serem utilizados no tratamento dos dados são de natureza quantitativa e qualitativa. Quantitativa por avaliar e mensurar matematicamente os dados coletados para definir eventos e ações sociais, aspecto necessário para definição dos fatos. Qualitativo, pois os dados serão mensurados, principalmente numa perspectiva compreensiva, em conjunto a

uma proposta crítica diante do assunto (BERTUCCI, 2009), critérios necessários para atender o problema de pesquisa proposto: Quais os CPC's mais abordados nos trabalhos publicados nos principais congressos de contabilidade no Brasil, no período de 2009 a 2013?

Para atender o objetivo, a pesquisa baseia-se no processo descritivo, procurando avaliar e delinear os dados colhidos, utilizando publicações dos principais Congressos de contabilidade no Brasil, esta pesquisa propõe descrever características presente em uma determinada população e seus fenômenos (MARCONI; LAKATOS, 2009).

Os congressos foram escolhidos utilizando como filtro a nacionalidade e a demanda direcionada especificamente para o ramo de contabilidade, desconsiderando sua vasta área acadêmica, subjugando e avaliando somente artigos de contabilidade, assim foram escolhidos: CCC. USP (Congresso USP de Controladoria e Contabilidade), EnANPAD (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração) e AnpCONT (Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis).

Método conhecido como a Lei de Zipf (1940), criado pelo linguista da Universidade de Harvard George Kingsley Zipf, esta lei consiste em analisar frequências de determinados elementos específicos para a construção de uma análise de dados estatísticos com objetivo de explicar diversos fenômenos sociais, culturais, político, científico etc. No trabalho, foi utilizado o termo CPC, como forma de identificar os CPC's presente nos artigos e separando-os quanto a sua classificação nos 46 Pronunciamentos Contábeis, assim identificar a amplitude que está sendo discutido um assunto tão importante que é a convergência contábil no Brasil (VANTI, 2002).

O período escolhido foi de 2009 até 2014, sendo que em 31/07/2009 a CVM editou as seguintes Deliberações 580/09, 581/09, 582/09, 583/09 e 584/09, aprovando os Pronunciamentos Contábeis, respectivamente: CPC 15, CPC 21, CPC 22, CPC 27, CPC 28, os exercícios encerrados em 2009 seriam apresentados em conjunto com as demonstrações de 2010 para fins de comparação (CFC, 2009).

3.1 Apresentações do material coletado e análise dos dados

3.1.2 Tabelas demonstrativas dos dados coletados no Congresso USP.

TABELA 01 - Percentual de Frequências dos Pronunciamentos Contábeis nos artigos publicados na USP de 2009 a 2013.

USP							
Área Temática: "CONTROLADORIA E CONTABILIDADE"							
ANO	2009	2010	2011	2012	2013	TOTAL	MÉDIA ANUAL
Trabalhos Publicados	68	101	104	106	54	433	87
Trabalhos Abordados	02	23	22	30	16	93	19
% Trabalhos Abordados	2,94%	22,77%	21,15%	28,30%	29,63%	21,48%	21,84%

Fonte: Dados da Pesquisa

Percebe-se em 2009 o resultado escasso devido à recente divulgação dos pronunciamentos. De 2009 a 2013, o percentual evoluiu de ano a ano, considerando que é uma avaliação de 05 anos, manteve uma média anual de 21,84%.

Considerando os trabalhos coletados e apresentados na tabela 01, a seguinte tabela procura apresentar ano a ano o CPC's que estão sendo pesquisados. Separando os artigos que não abordam um CPC em específico, ou seja, uma linha representada como "CPC EM GERAL", onde são apresentados os artigos que abordaram o tema CPC de forma geral, apresentando diversos pronunciamentos ou somente citou o termo "CPC", não especificando nenhum dos pronunciamentos.

O percentual de trabalhos abordados representa a amplitude que está sendo direcionadas as publicações dos congressos apresentados em torno do tema CPC.

TABELA 02: CPC's abordados no Congresso USP de Controladoria e Contabilidade - Ano 2009.

CPC's ABORDADOS 2009	Nº DE TRABALHOS ABORDADOS	REPRESENTAÇÃO (%)
CPC 00	01	50%
CPC 03	01	50%

Fonte: Dados da Pesquisa.

No ano de 2009 foram Publicados no Congresso USP de Controladoria e Contabilidade 68 trabalhos, somente dois trabalhos abordaram o termo CPC em suas pesquisas (TABELA 01), respectivamente o CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro e o CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa. É compreensível a discreta abordagem neste ano, considerando que no início de 2009 existiam apenas quinze CPC's aprovados, neste mesmo ano ocorreram às deliberações de vinte e oito CPC's, aumentando o acervo a ser pesquisado nos anos seguintes.

TABELA 03: CPC's abordados no Congresso USP de Controladoria e Contabilidade - Ano 2010.

CPC's ABORDADOS 2010	Nº DE TRABALHOS ABORDADOS	REPRESENTAÇÃO (%)
CPC 04	01	4,35%
CPC 06	01	4,35%
CPC 12	01	4,35%
CPC 13	01	4,35%
CPC 14	03	13,04%
CPC 21	02	8,69%
CPC 26	01	4,35%
CPC EM GERAL	13	56,52%

Fonte: Dados da Pesquisa.

Em 2010, já com um acervo maior de CPC's aprovados, totalizando 43 CPC's, houve um crescimento na representatividade dos CPC's nos artigos publicados, com 101 trabalhos publicados e 23 abordados (TABELA 01), representando 22,77% dos trabalhos publicados, assim, permitindo analisar que em 2010 foram estudados nos artigos, sete CPC's, ou seja, maior número de estudos sobre os Comitês de Pronunciamentos Contábeis referente aos anos anteriores. Neste ano houve maior destaque do CPC 14 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento, mensuração e Evidenciação (Fase I) – Transformado em OCPC 03, com o percentual de 13,04%.

TABELA 04: CPC's abordados no Congresso USP de Controladoria e Contabilidade - Ano 2011.

CPC's ABORDADOS 2011	Nº DE TRABALHOS ABORDADOS	REPRESENTAÇÃO (%)
CPC 01	02	9,10%
CPC 03	01	4,54%
CPC 04	01	4,54%
CPC 07	01	4,54%
CPC 09	01	4,54%
CPC 34	02	9,10%
CPC 37	01	4,54%
CPC EM GERAL	13	59,10%

Fonte: Dados da Pesquisa.

Em 2011, 104 trabalhos publicados e 22 abordaram o termo CPC, representando 21,15% dos trabalhos publicados (TABELA 01), discreta redução referente ao ano anterior, a quantidade de trabalhos que citaram o termo CPC reduziu, mas a quantidade de CPC's estudados manteve igual ao ano anterior, com sete trabalhos. Neste ano dois CPC's mais

**Contabilidade e Controladoria
no Século XXI**

citados, respectivamente: CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos e CPC 34 - Exploração e Avaliação de Recursos Minerais (Não editado), ambos com 9,10%.

TABELA 05: CPC's abordados no Congresso USP de Controladoria e Contabilidade - Ano 2012.

CPC's ABORDADOS 2012	Nº DE TRABALHOS ABORDADOS	REPRESENTAÇÃO (%)
CPC00	01	3,33%
CPC 01	01	3,33%
CPC 04	03	10,01%
CPC 06	01	3,33%
CPC 10	01	3,33%
CPC 13	01	3,33%
CPC 22	01	3,33%
CPC 25	02	6,68%
CPC 28	01	3,33%
CPC 29	01	3,33%
CPC 30	01	3,33%
CPC 38	01	3,33%
CPC 40	01	3,33%
CPC EM GERAL	14	46,68%

Fonte: Dados da Pesquisa.

Em 2012, 106 trabalhos publicados e 30 abordaram o termo CPC, representando 28,30% dos trabalhos publicados (TABELA 01), aumento de 7,15% referente ao ano anterior. Dentre os cinco anos e os três congressos pesquisados, este é o ano com maior número de CPC's estudados, com treze CPC's, considerável, mas a representatividade ainda é discreta devido à importância do assunto. Neste ano o CPC mais pesquisado foi o CPC 04 - Ativo Intangível, representando 10,01% dos CPC's abordados.

TABELA 06: CPC's abordados no Congresso USP de Controladoria e Contabilidade - Ano 2013.

CPC's ABORDADOS 2013	Nº DE TRABALHOS ABORDADOS	REPRESENTAÇÃO (%)
CPC 01	03	18,75%
CPC 04	02	12,50%
CPC 07	01	6,25%
CPC 09	02	12,50%
CPC 22	01	6,25%
CPC 26	01	6,25%
CPC 32	01	6,25%
CPC 33	01	6,25%
CPC 46	01	6,25%
CPC EM GERAL	03	18,75%

Fonte: Dados da Pesquisa.

Em 2013, foram 54 trabalhos publicados e 16 abordados, representando 29,63% (TABELA 01), redução nos trabalhos publicados, porém não afetou negativamente o percentual de trabalhos que abordaram o CPC's, ocorreu um aumento de 1,33% sobre os trabalhos abordados referente ao ano anterior. Neste ano foram estudados nove CPC's, dentre estes o mais pesquisado foi o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, com 18,75%, foi também abordado de 2011 a 2013.

3.1.3 A seguir, as tabelas dos demonstrativo dos dados coletados no Congresso EnANPAD.

TABELA 07 - Percentual de Frequências dos Pronunciamentos Contábeis nos artigos publicados no Congresso EnANPAD de 2009 a 2013.

EnANPAD
Área Temática: CONTABILIDADE (SEÇÃO "CON." DO CONGRESSO)

Contabilidade e Controladoria no Século XXI

Ano	2009	2010	2011	2012	2013	TOTAL	MÉDIA ANUAL
Trabalhos Publicados	65	47	60	68	45	285	57
Trabalhos Abordados	09	06	13	20	07	55	11
% Trabalhos Abordados	13,85%	12,77%	21,67%	29,41%	15,56%	19,30%	19,30%

Fonte: Dados da Pesquisa.

Percebe-se que no Congresso EnANPAD de 2009 a 2013 há uma variação considerável nas porcentagens, sendo que o ano que teve maior quantidade de CPC's abordados foi o ano de 2012, com 20 trabalhos abordados, percentual de 29,41%, razoável considerando que os outros anos tiveram resultados discretos. A média apresenta bem a realidade demandada do Congresso EnANPAD para os CPC's, em média por ano são apresentados 10 trabalhos, cuja pesquisa aborda os CPC's, com percentual de 17,54% anual.

TABELA 08: CPC's abordados no Congresso EnANPAD de Contabilidade - Ano 2009.

CPC's ABORDADOS 2009	Nº DE TRABALHOS ABORDADOS	REPRESENTAÇÃO (%)
CPC 01	01	11,11%
CPC 04	01	11,11%
CPC 09	02	22,22%
CPC 10	01	11,11%
CPC 14	01	11,11%
CPC 15	01	11,11%
CPC EM GERAL	02	22,22%

Fonte: Dados da Pesquisa.

Em 2009 o Congresso EnANPAD publicou 65 trabalhos diretamente ligado a área temática (Congresso EnANPAD "CON."), e foram abordados seis trabalhos, percentual de 13,85% dos trabalhos publicados (TABELA 07). Mesmo com pouco acervo de Pronunciamentos, a quantidade de CPC's estudados foi o triplo em comparação com o Congresso USP neste mesmo ano. O CPC mais estudado foi o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA), percentual de 22,22% dos trabalhos abordados.

TABELA 09: CPC's abordados no Congresso EnANPAD de Contabilidade - Ano 2010.

CPC's ABORDADOS 2010	Nº DE TRABALHOS ABORDADOS	REPRESENTAÇÃO (%)
CPC 13	01	16,67%
CPC EM GERAL	05	83,33%

Fonte: Dados da Pesquisa.

Em 2010 o Congresso EnANPAD publicou 47 trabalhos diretamente ligado a área temática (Congresso EnANPAD "CON."), e o termo CPC foi abordado em 06 trabalhos, percentual de 12,77% dos trabalhos publicados (TABELA 07), índice menor referente ao ano anterior de 1,08%. Consideravelmente discreto, considerando o maior acervo de Pronunciamentos aprovados neste ano. Diante dos cinco anos pesquisados e dos três congressos, este foi a menor representatividade, apenas um trabalho abordou sobre o CPC, em específico o CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº. 11.638/07 e da Medida Provisória nº. 449/08, com percentual de 16,67% dos trabalhos abordados.

TABELA 10: CPC's abordados no Congresso EnANPAD de Contabilidade - Ano 2011.

CPC's ABORDADOS 2011	Nº DE TRABALHOS ABORDADOS	REPRESENTAÇÃO (%)
CPC 01	03	23,07%
CPC 02	01	7,69%
CPC 03	02	15,39%
CPC 09	02	15,39%
CPC 18	01	7,69%
CPC 22	01	7,69%
CPC 32	01	7,69%
CPC EM GERAL	02	15,39%

Fonte: Dados da Pesquisa.

Em 2011 o Congresso EnANPAD publicou 60 trabalhos diretamente ligados à área temática (Congresso EnANPAD "CON."), e foram abordados 13 trabalhos, percentual de

21,67% dos trabalhos publicados (TABELA 07), aumento de 8,90% referente ao ano anterior. Neste ano foram estudados sete CPC's, sendo que o CPC que foi mais estudado foi o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, percentual de 23,07% dos trabalhos abordados.

TABELA 11: CPC's abordados no Congresso EnANPAD de Contabilidade - Ano 2012.

CPC's ABORDADOS 2012	Nº DE TRABALHOS ABORDADOS	REPRESENTAÇÃO (%)
CPC 00	01	5%
CPC 05	02	10%
CPC 09	01	5%
CPC 26	01	5%
CPC 29	01	5%
CPC 33	01	5%
CPC 37	01	5%
CPC38	01	5%
CPC EM GERAL	11	55%

Fonte: Dados da Pesquisa.

Em 2012 o Congresso EnANPAD publicou 68 trabalhos diretamente ligados à área temática (Congresso EnANPAD "CON."), e foram abordados 20 trabalhos, com percentual de 29,41% (TABELA 07), aumento de 7,74% referente ao ano anterior. No Congresso EnANPAD, este foi o ano com maior número de CPC's pesquisados, com oito CPC's estudados, sendo que o CPC mais abordado foi o CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, com percentual de 10% dos CPC's abordados.

TABELA 12: CPC's abordados no Congresso EnANPAD de Contabilidade - Ano 2013.

CPC's ABORDADOS 2013	Nº DE TRABALHOS ABORDADOS	REPRESENTAÇÃO (%)
CPC 01	01	14,29%
CPC 13	01	14,29%
CPC 25	01	14,29%
CPC 37	01	14,29%
CPC EM GERAL	03	42,84%

Fonte: Dados da Pesquisa.

Em 2013 o Congresso EnANPAD publicou 45 trabalhos diretamente ligados à área temática (Congresso EnANPAD "CON."), e foram abordados 07 trabalhos, percentual de 15,56% dos trabalhos publicados (TABELA 07), uma queda de 13,85% no percentual referente ao ano anterior e também redução na quantidade de CPC's pesquisados, com quatro CPC's pesquisados. Neste a pesquisa dos CPC's foi variado, destacando os CPC's 01, 13, 25 e 37 com percentual de 14,29%, desconsiderando o "CPC EM GERAL" que não aborda um CPC em específico.

3.1.4 A seguir as tabelas dos demonstrativos dos dados coletados no Congresso AnpCONT.

TABELA 13 - Percentual de Frequências dos Pronunciamentos Contábeis nos artigos publicados no Congresso AnpCONT de 2009 a 2013.

AnpCONT							
Área Temática: TÓPICOS DE CONTABILIDADE, "CUE, EPC, CCG"							
Ano	2009	2010	2011	2012	2013	TOTAL	MÉDIA ANUAL
Trabalhos Publicados	-	62	79	77	82	300	60
Trabalhos Abordados	-	08	17	18	11	54	10
% Trabalhos Abordados	-	12,90%	21,52%	23,38%	13,41%	18%	16,67%

Fonte: Dados da Pesquisa.

A fonte de coleta dos dados foi o próprio site do congresso. No AnpCONT estão apresentados os trabalhos de 2007 até 2013, entretanto não foi possível analisar as publicações no ano 2009, uma vez que os artigos não se encontravam disponíveis no site do congresso. O autor enviou e-mail à coordenação do congresso, mas não obteve respostas, o

que inviabilizou a análise. Apresentados nos anos seguintes, os dados mostram a discreta demanda em apresentação de trabalhos que abordam os CPC's, sendo o ano de 2012 com a maior representatividade de 23,38%.

TABELA 14: CPC's abordados no Congresso AnpCONT de Contabilidade – Ano 2010.

CPC's ABORDADOS 2010	Nº DE TRABALHOS ABORDADOS	REPRESENTAÇÃO (%)
CPC 01	02	25%
CPC 03	01	12,5%
CPC 17	01	12,5%
CPC EM GERAL	04	50%

Fonte: Dados da pesquisa.

Em 2010, o Congresso AnpCONT publicou 62 trabalhos e 08 trabalhos abordaram o termo CPC, representando 12,90% dos trabalhos publicados (TABELA 13), discreta representatividade considerando que neste ano já havia sido aprovado 28 CPC's, totalizando 43 CPC's. No Congresso AnpCONT, este foi o ano com o menor número de CPC's estudados, com apenas três CPC's, sendo que o CPC mais pesquisado foi o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, com 25% dos CPC's abordados.

TABELA 15: CPC's abordados no Congresso AnpCONT de Contabilidade – Ano 2011.

CPC's ABORDADOS 2011	Nº DE TRABALHOS ABORDADOS	REPRESENTAÇÃO (%)
CPC 01	02	11,77%
CPC 04	02	11,77%
CPC 07	01	5,88%
CPC 12	01	5,88%
CPC 14	01	5,88%
CPC 22	01	5,88%
CPC 25	01	5,88%
CPC 26	01	5,88%
CPC 29	01	5,88%
CPC EM GERAL	06	35,30%

Fonte: Dados da Pesquisa.

Em 2011, o Congresso AnpCONT publicou 79 trabalhos e 17 abordaram o termo CPC, representando 21,52% dos trabalhos publicados (TABELA 13), aumento de 8,62% referente ao ano anterior, aumento considerável. Diante dos cinco anos pesquisados no Congresso AnpCONT, este foi o ano com maior número de CPC's pesquisados, sendo representado com nove CPC's, mas a representatividade ainda é pouco devido a importância do assunto. Neste ano dois CPC's mais pesquisados, CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos e CPC 04 - Ativo Intangível, ambos com 11,77% dos trabalhos abordados.

TABELA 16: CPC's abordados no Congresso AnpCONT de Contabilidade – Ano 2012.

CPC's ABORDADOS 2012	Nº DE TRABALHOS ABORDADOS	REPRESENTAÇÃO (%)
CPC 00	01	5,56%
CPC 03	01	5,56%
CPC 04	01	5,56%
CPC 09	02	11,11%
CPC 22	01	5,56%
CPC 28	03	16,66%
CPC 38	01	5,56%
CPC EM GERAL	08	44,43%

Fonte: Dados da Pesquisa.

Em 2012, o Congresso AnpCONT publicou 77 trabalhos e 18 abordaram o termo CPC, representando 23,38% dos trabalhos publicados (TABELA 13), aumento nos trabalhos abordados de 1,86% referente ao ano anterior, porém a quantidade de CPC pesquisado foi menor que o ano anterior, neste ano foram pesquisadas sete CPC's, baixa representatividade devido a importância do assunto. O CPC mais pesquisado foi o CPC 28 - Propriedade para Investimento, com 16,66% dos trabalhos abordados.

TABELA 17: CPC's abordados no Congresso AnpCONT de Contabilidade – Ano 2013.

CPC's ABORDADOS 2013	Nº DE TRABALHOS ABORDADOS	REPRESENTAÇÃO (%)
CPC 01	03	27,27%
CPC 06	01	9,09%
CPC 09	01	9,09%
CPC 29	01	9,09%
CPC 40	01	9,09%
CPC EM GERAL	04	36,36%

Fonte: Dados da Pesquisa.

Em 2013, o Congresso AnpCONT publicou 82 trabalhos e 11 abordaram o termo CPC, representando 13,41% dos trabalhos publicados (TABELA 13), queda de 9,97% referente ao ano anterior e redução na quantidade de CPC's pesquisados, com apenas cinco CPC's, baixa representatividade devido à importância do assunto. Neste ano o CPC mais pesquisado foi o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, com 27,27% dos trabalhos abordados.

3.1.5 Tabela demonstrativa dos 3 congressos nesses 5 anos.

TABELA 18: Representação dos dados unindo os três congressos de 2009 a 2013.

CPC's ABORDADOS	Nº DE TRABALHOS ABORDADOS	REPRESENTAÇÃO (%)
CPC 00	04	1,99%
CPC 01	18	8,91%
CPC 02	01	0,49%
CPC 03	06	2,97%
CPC 04	11	5,45%
CPC 05	02	0,99%
CPC 06	03	1,48%
CPC 07	03	1,48%
CPC 09	11	5,45%
CPC 10	02	0,99%
CPC 12	02	0,99%
CPC 13	04	1,99%
CPC 14	05	2,47%
CPC 15	01	0,49%
CPC 17	01	0,49%
CPC 18	01	0,49%
CPC 21	02	0,99%
CPC 22	05	2,47%
CPC 25	04	1,99%
CPC 26	04	1,99%
CPC 28	04	1,99%
CPC 29	04	1,99%
CPC 30	01	0,49%
CPC 32	02	0,99%
CPC 33	02	0,99%
CPC 34	02	0,99%
CPC 37	03	1,48%
CPC 38	03	1,48%
CPC 40	02	0,99%
CPC 46	01	0,49%
CPC EM GERAL	88	43,56%
TOTAL	202	100%

Fonte: Dados da Pesquisa.

A tabela 18 objetiva demonstrar dois fatores importantes, o CPC de maior representatividade e os CPC's não abordados diretamente nos trabalhos. O CPC com maior representatividade foi o CPC 01, de 202 trabalhos que abordaram sobre algum CPC, 18

abordaram de forma direta este CPC, ou seja, citado de forma direta no trabalho, representando 8, 91%. Outro ponto é destacar quais foram os CPC's não abordados, desconsiderando os dados do CPC em Geral, este que consiste em apenas citar o "CPC" ou suas nomenclaturas, os CPC não abordados: CPC 08,11, 16, 19, 20, 23, 24, 27, 31, 35, 36, 39 e do 41 ao 45.

Considerando que existem 47CPC's, contando o CPC 00. Assim, 30 CPC's abordados representando 63,83% e 17 CPC's não abordados representando 36,17%, este demonstra que existe um arcabouço de dados amplos ainda não pesquisados, destacando a importância da pesquisa para estes CPC's.

4. CONCLUSÃO.

Este trabalho foi desenvolvido com o objetivo de analisar quais os CPC's mais abordados nos trabalhos publicados nos principais congressos de contabilidade no Brasil.

Iniciando a pesquisa nos principais congressos de contabilidade no Brasil, coletando os trabalhos que abordavam o termo "CPC" de forma direta ou indireta, no congresso USP, EnANPAD e AnpCONT, principais congressos de contabilidade no Brasil, devido a demanda na pesquisa da área de Ciências Contábeis. Para a construção desta pesquisa, foram utilizadas amostras de 5 anos referentes de 2009 a 2013.

A IFRS é aplicada em mais de 100 países, sendo o foco de estudos de diversas entidades. No Brasil a obrigatoriedade ocorreu em 2010 causando mudanças na Legislação Societária, o CPC segue as normas emitidas pela IASB, para assim criar um padrão contábil de caráter internacional (NEVES, *et al.* 2012).

A contabilidade no Brasil sempre esteve muito ligada aos Órgãos Governamentais. Em 2005 com a adoção da IFRS ocorreram algumas mudanças nos procedimentos contábeis brasileiros, junto ao CPC que é responsável por divulgar Pronunciamentos Técnicos para a convergência aos padrões internacionais de contabilidade (CARVALHO, 2008).

Os resultados mostraram que existe uma discreta demanda de estudos sobre os CPC's, respectivamente os congressos, USP, EnANPAD e AnpCONT apresentaram as seguintes médias anuais de publicação e abordagem: 21,84%, 19,30% e 16,67%. Estes resultados são discretos considerando a importância da convergência as normas internacionais para o Brasil.

O CPC mais abordado foi o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, este CPC apresenta os procedimentos necessários para garantir que o valor contábil do Ativo não exceda os valores das recuperações, representando o percentual de 8,91% (CPC, 2014).

Conclui-se que as ferramentas para a convergência as Normas Internacionais estão sendo discretamente trabalhadas, devido à forte influência dos Órgãos Governamentais e suas leis fiscais. É necessário demandar mais pesquisas, mais estudos, abordar mais, devido à grande importância e os benefícios decorrentes da convergência, e assim, ampliar a pesquisa em torno dos pronunciamentos existentes. O presente trabalho apresenta CPC's que não foram pesquisados ou apresentados de forma direta em algum artigo, podendo ser usados como propostas para pesquisas futuras.

5. REFERÊNCIAS

ANDRADE, G. A. **Profissão Contábil no Brasil: primórdios, perspectivas e tendências.** Revista de Contabilidade do CRC de SO Março/2003.

- ANTUNES, M. T. P. *et al.* **A adoção no Brasil das normas internacionais de contabilidade IFRS: o processo e seus impactos na qualidade da informação contábil.** Revista de Economia & Relações Internacionais, v.10, n. 20, p. 5-10, jan./2012. Disponível em:
http://www.fAAP.br/faculdades/economia/ciencias_economicas/pdf/revista_economia_20.pdf. Acesso em 19 nov. 2013.
- BERTUCCI, Janete Lara de Oliveira. **Metodologia básica para elaboração de trabalhos de conclusão de cursos (TCC).** São Paulo: Atlas, 2012.
- CALIXTO, L. **Análise das pesquisas com foco nos impactos da adoção do IFRS nos países europeus.** Contabilidade Vista & Revista, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 157-187, janeiro/março 2010.
- CARVALHO, L. N.; LEMES, S.; COSTA, F. M. **Contabilidade internacional: aplicação das IFRS 2005.** São Paulo: Atlas, 2008.
- CAVALCANTE, R. N. **Principais Aspectos da Padronização e Harmonização das Normas Contábeis Internacionais.** 2008. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/10148/1/Principais-Aspectos-da-Padronizacao-e-Harmonizacao-das-Normas-Contabeis-Internacionais/pagina1.html>>. Acesso em: 24 nov. 2014.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC), 2014. **Pronunciamentos Técnicos.** Disponível em: <http://www.cpc.org.br/oque.htm>. Acesso em: 16 out. 2014.
- COSTA, J. A. *et al.* **A aderência dos Pronunciamentos Contábeis do CPC às Normas Internacionais de Contabilidade.** In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 11. 2011 São Paulo. Anais... São Paulo: FEA/USP, 2011.
- EMBRATUR; FGV. **Caderno de propostas estratégicas de organização turística das cidades-sede da Copa do Mundo 2014.** Brasília: Instituto Brasileiro de Turismo. Ministério do Turismo, Julho de 2009. Disponível em:
http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/BRASIL_final_NOVO.pdf
- GONÇALVES, J. C., *et al.* **Análise do Impacto do Processo de Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade no Brasil: Um Estudo com Base na Relevância da Informação Contábil.** In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 12º, 2012, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2012.
- KLANN, R. C. *et al.* **Impacto das diferenças entre as normas contábeis brasileiras e americanas nos indicadores de desempenho de empresas brasileiras participantes da governança corporativa.** In: Encontro Da Associação Nacional De Pós-Graduação E Pesquisa Em Administração (EnANPAD), 32, 2008. Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: EnANPAD, 2008.
- LEMES, S; SILVA, M. G. **A experiência de empresas brasileiras na adoção das IFRS.** Contabilidade Vista & Revista, Belo Horizonte, v. 18, n. 3, p. 37-58, julho/setembro 2007.

LIGABÔ, A. C. N.; JUAREZ, E. J. **Mudanças na lei contábil brasileira: adesão aos padrões internacionais de contabilidade.** Presidente Prudente - SP, 2010.

MACIEL, M. C.; MACIEL, M. C. **Convergência Contábil e o Impacto no Grau de Conservadorismo das Companhias Abertas Brasileiras com Alta e Baixa Influência Tributária.** In: Enanpad 2012, 2012, Rio de Janeiro. EnAnpad 2012, 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**– Revista e Ampliada; 5º Ed. São Paulo, Atlas, 2009.

MARTINS, E.; LISBOA, L. P. **Ensaio sobre Cultura e Diversidade Contábil.** Revista Brasileira de Contabilidade Março/Abril/2005

MARTINS, E.; MARTINS, V. A.; MARTINS, E. A. **Normatização contábil: Ensaio sobre sua evolução e o papel do CPC.** Revista de Informação Contábil, v. 1, n. 1, p. 7-30, 2007.

MARTINS, E. **Normativíssimo e/ou Positivismo em Contabilidade: Qual o Futuro?** Revista Contabilidade e Finanças. São Paulo: USP, n. 39, set./dez. 2005, p. 6.

MOURAD, N. A; PARASKEVOPOULOS, A. **IFRS Introdução às Normas Internacionais de Contabilidade.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NEVES, T. J. G; LAGIOIA, U. C. T; LIBONATI, J. J; NASCIMENTO, S. G. O. A. S; MARINHO, R. F; LEMOS, L. V. **Utilidades dos Relatórios Contábeis após a Implantação das IFRS: Um Estudo Sobre a Visão dos Investidores.** In: Enanpad 2012, 2012, Rio de Janeiro. EnAnpad 2012, 2012.

NIYAMA, J. K. **Contabilidade Internacional.** 1. ed. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007. 165p.

OLIVEIRA, M. do S. S. de *et al.* **Convergência da Contabilidade brasileira aos padrões internacionais: um estudo comparativo entre contabilistas e docentes.** In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 9., 2012, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2012.

SILVA, C. B. A.; MADEIRA, G. J.; ASSIS, J. L. F. **Harmonização de normas contábeis: um estudo sobre as divergências entre normas contábeis internacionais e seus reflexos na contabilidade brasileira.** Revista Contemporânea de Contabilidade, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 115-139, janeiro/junho 2004. Disponível em:
http://www.rcc.ufsc.br/edicao1/documentos/artigo_6.pdf. Acesso em 14 out. 2010.

STARKE, P. C. **Contabilidade: Cumprindo a Função de Ciência Social.** 2000. Monografia (Graduação) - Departamento de Ciências Contábeis, Setor de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa.

VANTI, N. A. P. (2002). **Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento.** Revista Ciência da Informação, Brasília, v.31, n. 2, p. 152-162.